

Tradução

# A modernidade da guerra: a teoria da modernização e o problema da violência<sup>175</sup>

Hans Joas<sup>176</sup>

Rute Rocha Maia<sup>177</sup> (Tradução)

Arthur Bueno<sup>178</sup> (Supervisão Técnica da tradução)

## Resumo

Este artigo propõe uma discussão acerca da adequação da teoria da modernização na investigação dos desenvolvimentos sociais de nosso tempo, a partir do fato da guerra na Idade Moderna e suas interpretações por intelectuais. Ao longo do texto, o autor oferece uma revisão crítica da resposta que tem sido dada aos muitos problemas da sociologia histórica, proposta pela teoria de modernização de uma modernidade não violenta, a partir da análise de complexos individuais como o papel da modernização defensiva; a conexão entre a modernização, a guerra e a revolução; o papel da guerra no surgimento da modernidade, a emergência do fascismo a partir do espírito da guerra e a marca intrínseca deixada na modernização pelas experiências da guerra e da guerra civil. Por fim, finaliza com a sugestão de quatro consequências principais para nossa compreensão da modernidade e para a relativização da teoria da modernização.

<sup>175</sup> Diferentes versões deste artigo foram apresentadas por mim em 1994 e 1995 no Centro para Pesquisa Social de Berlim (WZB), no Instituto para Ciência Política da Universidade de Leipzig, no Congresso de Sociologia em Halle e na Academia das Ciências de Berlim-Brandenburgo. Agradeço a todos os participantes dessas discussões que me ajudaram no apuramento da minha argumentação, bem como a Johannes Berger, Wolfgang Knöbl e Wolfgang Vorkamp por suas indicações adicionais.

<sup>176</sup> Professor da Faculdade de Teologia da Universidade Humboldt de Berlim e Professor de Sociologia da Universidade de Chicago.

N.t: Este artigo representa um capítulo retirado do livro “Guerra e Modernidade: Estudos sobre a história da violência no século XX” escrito pelo sociólogo alemão Hans Joas - *Die Modernität des Krieges: Die Modernisierungstheorie und das Problem der Gewalt*. In: *Kriege und Werte: Studien zur Gewaltgeschichte des 20. Jahrhunderts*. Weilerswist, Velbrück Wissenschaft, 2003.

<sup>177</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1101-6086>; Email: [rute.rmaia@hotmail.com](mailto:rute.rmaia@hotmail.com).

<sup>178</sup> Professor e pesquisador assistente (*wissenschaftlicher Mitarbeiter*) no Departamento de Filosofia da Universidade de Frankfurt; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8705-7613>; Email: [oliveirabueno@normativeorders.net](mailto:oliveirabueno@normativeorders.net).

**Palavras-chave:** Teoria da modernização; Modernidade Sem violência; Guerra.

### **Abstract**

Adopting the fact of war in the Modern Age and its interpretations by intellectuals as a probe, this work presents a discussion on the adequateness of the modernization theory in the comprehension of the social developments of our time. Along the text, based upon an analysis of individuals complexes such as the role of defensive modernization; the connection of modernization, war and revolution; the emergence of Fascism from the spirit of war; the role of war in the emergence of modernity and the impact of war and civil war on the essence of modernity, the author offers a critical review of the response provided by the modernization theory of a modernity free of violence to various problems of historical sociology. It concludes suggesting four primary consequences for understanding the modernity and for the relativizing of modernization theory.

**Keywords:** Modernization theory; Modernity free of violence; War.

\*\*\*

A guerra e a violência são partes da modernidade e não apenas de sua pré-história. Neste artigo, eu gostaria de utilizar o fato da guerra na modernidade, bem como as interpretações intelectuais deste fato, como uma sonda para investigar a aptidão da teoria da modernização para uma compreensão dos desenvolvimentos sociais do presente.

Outros assuntos, que não a guerra, se encontram em primeiro plano nos debates atuais quando se trata de examinar a teoria da modernização como o mais ambicioso e mais influente projeto de uma teoria macrosociológica do desenvolvimento social. O colapso do “socialismo realmente existente” deu à

teoria da modernização um novo impulso, pelo menos temporariamente, e sugeriu uma nova interpretação das vias de desenvolvimento soviéticas, ou sovieticamente determinadas, mediante o conceito de uma modernização malsucedida ou meramente fictícia, à qual se seguiria e deveria seguir uma “modernização recuperadora” (*nachholende Modernisierung*) e o fim do atraso civilizacional.<sup>179</sup> Em contrapartida, os problemas ecológicos oriundos dos processos de modernização bem-sucedidos tornam atraente a ideia de uma quebra reflexiva do transcurso automático do crescimento econômico e da diferenciação funcional, como apresentada de maneira sensacional por Ulrich Beck em seu diagnóstico e seu programa de uma “modernização reflexiva”. A nova autoconsciência da teoria da modernização e a maior conscientização dos problemas ambientais colidem abruptamente uma com a outra sob estas circunstâncias - como, por exemplo, no congresso alemão de sociologia (*Soziologentag*) de 1990 em Frankfurt - e só se relacionam polemicamente.<sup>180</sup> Uma análise do tema da guerra na modernidade pode mostrar uma alternativa para além do impasse deste debate. Ao se examinar seriamente o fato da guerra, não deve se esperar uma visão idílica e completamente positiva da modernidade. Porém, isto não implica que as sociedades pré-modernas apareçam nesta perspectiva como uma alternativa desejável. A pergunta acerca de até que ponto as sociedades e os Estados são capazes de serem pacíficas nos traz inevitavelmente de volta aos sentidos positivos da modernização. Inversamente, dessa perspectiva a teoria da modernização reflexiva concede muito, em vez de pouco à teoria convencional da modernização, na medida em que a vê como historicamente ultrapassada, como tendo perdido sua validade desde que o prejuízo causado pelas economias industriais ao nosso meio

---

<sup>179</sup> Cf. os comentários contidos na introdução de: JOAS, H; MARTIN, K. (Orgs.): **Der Zusammenbruch der DDR: Soziologische Analysen**. Frankfurt am Main: 1992, págs. 7-28. Uma tentativa original de descrever as conjunturas da teoria da modernização da perspectiva da retórica e da visão geral de mundo está disponível em: ALEXANDER, J. Anti, Post and Neo: How Social Theories Have Tried to Understand the "New World" of "Our Time". In: *Zeitschrift für Soziologie*, n. 23, 1994, págs. 165-197.

<sup>180</sup> ZAPF, W. (1990). *Modernisierung und Modernisierungstheorien*, in *Die Modernisierung moderner Gesellschaften. Verhandlungen des 25. Deutschen Soziologentags*, Frankfurt Am Main: 1991, págs. 23-39; BECK, U. Der Konflikt der zwei Modernen, *ibid.*, págs. 40-53. Minha posição sobre a teoria de Beck se encontra em: “Das Risiko der Gegenwartsdiagnose”. In: *Soziologische Revue*, n. 11, 1988, págs. 1-6; e com relação ao tema da guerra, em: SOEFFNER, H. G.; MILLER, M. (Orgs.), *Modernität und Barbarei*. Frankfurt am Main: 1996.

ambiente se disseminou. Assim, em seu núcleo, a teoria da modernização não é radicalmente questionada aqui. Não apenas os temas da guerra e da violência, mas também outras questões como o nacionalismo, a religião e a secularização ou o desenvolvimento dos papéis de gênero poderiam, a meu ver, servir como pontos de partida para se repensar a teoria da modernização. Isso não leva necessariamente a uma alternativa plena capaz de concorrer com a teoria da modernização, mas, pelo menos, abre um caminho para sua relativização bem ponderada.

O prestígio da teoria da modernização sofreu nas últimas duas décadas enormes oscilações conjunturais. Desenvolvida em seu sentido completo após a Segunda Guerra Mundial, a teoria da modernização parecia, inicialmente, poder oferecer o paradigma de uma teoria sociológica e política da mudança social que poderia solucionar pelo menos quatro problemas simultaneamente: 1. Permitir uma explicação histórica da emergência da economia capitalista e da política democrática no noroeste da Europa e na América do Norte; 2. Extrair de tal explicação histórica conclusões sobre as condições do crescimento econômico e da democracia em outras partes do mundo, de tal modo que elas sirvam como uma diretriz para uma política ativa de desenvolvimento; 3. Traçar as relações internas entre os aspectos econômicos, políticos e culturais das sociedades modernas sem sujeitar-se ao esquema da base e superestrutura; 4. Integrar todas as contribuições valiosas oferecidas pela herança dos clássicos da sociologia, de 1890 a 1920, e traduzi-las do nível da teoria para os grandes programas de pesquisa empírica. Desde o fim da década de 1960 esse paradigma inquestionavelmente frutífero sofreu ataques críticos variados. A crítica dirigiu-se tanto aos meios da construção teórica quanto aos pressupostos normativos implícitos, e até mesmo à visão de mundo abrangente que se acreditou ser inerente a este paradigma e o colocou sob a suspeita de ser ideológico. O paradigma da teoria da modernização não só perdeu assim sua hegemonia nas ciências sociais internacionais, como se encontrou na defensiva e teve sua fertilidade visivelmente abalada.

Ao sarcástico “*Requiescat in pace*”, com o qual Immanuel Wallerstein fez em 1979 o elogio fúnebre à teoria da modernização, ao presumir a superioridade de sua teoria do “sistema-mundo”, seguiu-se apenas uma década mais tarde, em face

do colapso do socialismo soviético e da ascensão econômica de Ásia do leste, um “*exhumetur*” - para os não latinos: o apelo para trazer aquela abordagem de volta à luz, retirando-a do repouso eterno em que havia sido colocada e insuflando-a com uma nova vida.<sup>181</sup> A meu ver, no entanto, a decisão não reside entre o atestado de óbito e a ressuscitação da teoria da modernização. Dito em termos positivos, a teoria da modernização não estava morta o bastante, isto é: estando na defensiva, ela desenvolveu revisões e acréscimos que impediam uma continuação inalterada dos trabalhos dos anos 1960. Em termos negativos, porém, a refutação das alternativas marxistas de caminhos não capitalistas de desenvolvimento não é suficiente para ocultar as falhas internas da teoria da modernização. Há fortes dúvidas intrínsecas à teoria sobre o núcleo da construção teórica funcionalista, a teoria da diferenciação que está no pano de fundo da teoria da modernização. A enorme falta de clareza em relação ao conceito de diferenciação - seu estatuto lógico, as causas, os efeitos, os portadores e a escala temporal da diferenciação - é razão suficiente para começarmos de novo e não simplesmente nos situarmos tranquilamente em uma suposta boa tradição. Se o debate das ciências sociais sobre a teoria da modernização fosse apenas um conflito entre opiniões políticas, ele não precisaria de modo algum ser levado adiante como tal.

## II.

A teoria da modernização contém mais ou menos tacitamente a hipótese de uma modernidade não violenta. A transição da resolução violenta de conflitos intrassocietários para modos pacíficos de resolução de conflitos é, segundo essa teoria, um dos componentes definidores das sociedades modernas. Mas não é apenas a resolução de conflitos interestatais em grande escala por meio de sua conversão em procedimentos políticos não violentos que é tida como moderna; também com respeito à criminalidade individual teria ocorrido uma transformação

---

<sup>181</sup> WALLERSTEIN, I. Modernization: Requiescat in Pace. *In The Capitalist World-Economy*, New York: 1979, págs. 132-137; TIRYAKIAN, E. Modernization: Exhumetur in Pace (Rethinking Macrosociology in the 1990s). *International Sociology*, n. 6, págs. 165-180, 1991.

formal, passando de atos espontâneos de violência aos crimes de propriedade afetivamente controlados.<sup>182</sup> A teoria da civilização de Norbert Elias, com sua tese de um aumento no controle dos afetos no contexto de relações sociais mais complexas, se encaixa perfeitamente no caso.<sup>183</sup> No que diz respeito ao papel da violência na dimensão interestatal, as contribuições da teoria da modernização têm relativamente pouco a dizer. Entretanto, se é possível colocar a teoria da modernização em uma relação de continuidade não só com os clássicos da sociologia, mas inclusive com as tradições clássicas do liberalismo na filosofia social, pode-se dizer que o sonho de uma modernidade não violenta continua a ser sonhado.<sup>184</sup> Na visão de mundo do liberalismo, guerras e conflitos violentos tiveram de aparecer como parte da *pré-história* da humanidade civilizada e, na medida em que continuam a existir, como relíquias de uma época em decadência que ainda não foi esclarecida pela luz do Iluminismo, ou como uma expressão do confronto da civilização com a barbárie. O liberalismo, em seu início, encarou as guerras contemporâneas como resultado do espírito guerreiro aristocrático ou da arbitrariedade incontrolada dos déspotas. O espírito guerreiro aristocrático e o despotismo foram considerados reminiscências de estágios mais primitivos do desenvolvimento humano; a vida *civilizada* também deveria ser uma vida *civil* em que as características e as necessidades beligerantes não seriam meramente proibidas pela religião e pela moral, mas atenuadas e dirigidas à competição desportiva ou econômica (“*le doux commerce*”).<sup>185</sup>

Embora a era da não violência possa ainda não ter sido plenamente alcançada, pareceu aos liberais esclarecidos que eles sabiam o caminho e as etapas

<sup>182</sup> Para um panorama, cf. THOME, H. Gesellschaftliche Modernisierung und Kriminalität: Zum Stand der sozialhistorischen Kriminalitätsforschung. *Zeitschrift für Soziologie*, n. 21, págs. 212-228, 1992.

<sup>183</sup> ELIAS, N. *Über den Prozeß der Zivilisation*. Frankfurt am Main: 1976. Estou ciente de que, em comparação com a minha forte ênfase na linearidade das suposições de Elias sobre o aumento da interdependência e o crescente controle dos afetos, há também interpretações que chamam a atenção justamente para as constelações interestatais e sua contingência em Elias, aproximando-o assim das intenções perseguidas aqui. Veja, por exemplo, BOGNER, A. Die Theorie des Zivilisationsprozesses als Modernisierungstheorie. In: KUZMICS, H.; MÖRTH, I. (Orgs.). *Der unendliche Prozeß der Zivilisation: Zur Kultursoziologie der Moderne nach Norbert Elias*. Frankfurt am Main: 1991, págs. 33-58; assim como os vários trabalhos de Johan Arnason. Todavia, aqui não é o lugar para a integração das duas visões.

<sup>184</sup> JOAS, H. Der Traum von der gewaltfreien Moderne. *Sinn und Form*, n. 46, págs. 309-318, 1994.

<sup>185</sup> HIRSCHMAN, A. *Leidenschaften und Interessen: Politische Begründungen des Kapitalismus vor seinem Sieg*, Frankfurt am Main: 1980, págs. 66 e segs.

necessárias para o aperfeiçoamento de uma ordem racional. O livre comércio, a participação dos cidadãos na política externa, o Estado de direito e as relações interestatais na forma de contrato foram, com diferentes ênfases, formulados como concepções liberais de paz. Assim como a tortura e o martírio público tiveram de desaparecer do campo da justiça criminal, a guerra e toda forma de violência contra as pessoas e as coisas deveriam ser banidas da sociedade moderna, isto é, civil. A rejeição acentuada da violência nessa visão de mundo é acompanhada por uma certa minimização de sua presença. Um olhar esperançoso para o futuro vê as más e velhas maneiras de um modo impaciente e sem um real interesse.

Quão poderosa esta tradição de pensamento era, e quão importante ela é para nossas representações sobre a modernização, pode ser inferido de uma maneira negativa a partir do modo como a Primeira Guerra Mundial foi elaborada com base nessas premissas liberais.<sup>186</sup> No início do século, essas premissas estavam difundidas de maneira inequívoca entre os intelectuais americanos; por isso, as consequências da guerra para a visão de mundo liberal se mostram neles da maneira mais clara. Inicialmente, a guerra foi encarada como um sinal do atraso europeu em relação à modernidade americana: a guerra como uma relíquia feudal, uma expressão da senilidade e decadência europeias, às quais a América acreditava escapar. A Revolução de Fevereiro na Rússia, a derrubada do governo czarista e a intensificação do debate acerca da entrada ou não dos Estados Unidos na guerra trouxeram ao primeiro plano outro motivo: a guerra como uma luta entre a democracia e a autocracia. Enxergar a ausência de uma democracia como razão para uma política externa agressiva se adequava de modo preciso à visão de mundo liberal.

Em seu livro *Imperial Germany and the Industrial Revolution*, de 1915, Thorstein Veblen remonta os perigos que emanavam da Alemanha à suposta disparidade entre modernidade técnico-econômica e atraso político-cultural

---

<sup>186</sup> JOAS, H. Kriegsideologien: Der Erste Weltkrieg im Spiegel der zeitgenössischen Sozialwissenschaften. *Leviathan*, n. 23, págs. 336-350, 1995.

vigente naquele país.<sup>187</sup> A Alemanha é descrita por ele, assim como por seus contemporâneos que argumentaram em termos de história intelectual, como um desvio no caminho da modernização. Esse é, de certo modo, o nascimento da tese da via especial (*Sonderweg*) alemã nas ciências sociais americanas. É difícil reconstruir como essa ideia está associada com a variante apologética alemã no campo do historicismo. Foi a versão americana, passando por Parsons de um lado, e por Dahrendorf e Wehler do outro, que se tornou decisiva para a posterior teoria da modernização e as pesquisas sobre a Alemanha. Seu significado estratégico para a teoria me parece ter sido muito pouco notado até agora. A variante americana torna possível o apego, com pequenas correções, a um paradigma evolutivo de progresso permanente em face da Guerra Mundial. Se a guerra se deveu ao caso especial alemão, outras suposições sobre o caráter civilizatório da modernidade não necessitariam ser questionadas. Somente então faz sentido enxergar, como fez Veblen, o nacionalismo não como um produto da modernidade, mas como uma reminiscência dos tempos bárbaros. Desta maneira, a Guerra Mundial não provocou as versões iniciais do pensamento da modernização a questionarem a suposição de uma modernidade não violenta; pelo contrário, a “exotização” (Lepsius) de determinados caminhos de desenvolvimento nacionais tornou a teoria da modernização amplamente imune aos eventos históricos mundiais.<sup>188</sup>

### III.

<sup>187</sup> VEBLEN, T. (1915). *Imperial Germany and the Industrial Revolution*. New Brunswick, S.I. 1990; \_\_\_\_\_. *The Nature of Peace and the Terms of Its Perpetuation*. New York: 1917. Sobre a imagem de Veblen acerca da Alemanha, cf.: LOADER, C.; HLMAN, R. Thorstein Veblen's Analysis of German Intellectualism. *American Journal of Economics and Sociology*, n. 54, págs. 339-355, 1995.

<sup>188</sup> Uma argumentação semelhante foi apresentada em: COLLINS, R. “German-Bashing and the Theory of Democratic Modernization”. *Zeitschrift für Soziologie*, n° 24, págs. 3-21, 1995; cf., contudo, a réplica de Wolfgang Knöbl (op. cit., págs. 465-668), assim como o balanço extraordinariamente equilibrado do debate sobre a via especial alemã oferecido por Jürgen Kocka em: KOCKA, J. *German History before Hitler: The Debate about the German „Sonderweg”*. *Journal of Contemporary History*, n. 23, págs. 3-16, 1998. Igualmente importante, com referência direta a Veblen, são os comentários relativizadores de Thomas Nipperdey em: NIPPERDEY, T. *Deutsche Geschichte 1866-1918*. Vol. 2, München: 1992, págs. 902 e segs.

A teoria da “modernização defensiva”<sup>189</sup> dá um passo além da visão de mundo liberal clássica. Ela se despoja da noção de uma mera coexistência de desenvolvimentos ao longo de um mesmo caminho de desenvolvimento. Os trabalhos históricos de Reinhard Bendix, por exemplo, buscaram elaborar a percepção de que somente a primeira nação a se modernizar tem a oportunidade de prosseguir em seu desenvolvimento sem enfrentar pressões temporais externas.<sup>190</sup> Todas as outras nações se encontram em um campo de forças que resulta da concorrência entre pioneiros e retardatários. Esta concorrência poderia, inicialmente, ser interpretada como econômica e técnica. De fato, desde Veblen, as vantagens econômicas do atraso têm sido também apontadas. A teoria da modernização defensiva, no entanto, foca principalmente as disparidades de poder político e militar. A experiência chocante de uma derrota militar, bem como, muitas vezes, a percepção das elites dominantes sobre o perigo de tal recuo, são vistas como o gatilho para processos de modernização acelerados tanto na política econômica como no financiamento público e na organização interna das forças armadas. Já os primeiros estágios da modernização da Europa Ocidental, por exemplo, colocaram os Impérios Russo e Otomano sob uma pressão à qual eles tiveram de reagir mediante a modernização do exército e da burocracia. O processo mais importante de modernização defensiva na Alemanha ocorreu como resultado da derrota devastadora da Prússia contra Napoleão em 1806; as reformas de Stein e Hardenberg e a mudança nas estruturas do Antigo Império serviram para superar a vergonha da derrota e evitar sua repetição.<sup>191</sup>

Menos lembrado pelos alemães é o quanto as nações derrotadas pela Alemanha, como a França após a derrota de 1871, ou a Dinamarca após 1864, estiveram sob pressão similar para uma modernização defensiva. A história recente do Japão não pode ser compreendida sem essa pressão. Os exemplos poderiam ser

<sup>189</sup> Sobre o assunto, cf.: BLACK, C. E. *The Dynamics of Modernization*. New York: 1966.

<sup>190</sup> BENDIX, R. Tradition and Modernity Reconsidered. *Comparative Studies in Society and History*, n. 9, págs. 292-346, 1966/1967 (sobre o fundamento histórico em geral); .Modernisierung in internationaler Perspektive. In: ZAPF, W. (Org.). *Theorien des sozialen Wandels*. Köln, págs. 505-512, 1970. (sobre a relação entre pioneiros e retardatários da modernização); \_\_\_\_ . *Könige oder Volk*, Vol. 2, Frankfurt am Main:1980 (sobre sua própria sociologia histórica).

<sup>191</sup> Hans-Ulrich Wehler situa a história alemã de 1789 a 1815 sob a rubrica “modernização defensiva”. Cf. WEHLER, H. *Deutsche Gesellschafts geschichte*, vol. 1, München, 1987, págs. 343 e segs.

facilmente multiplicados. Para o nosso propósito, o que é fundamental é o fato de que a teoria da modernização defensiva conecta os desenvolvimentos de cada Estado uns aos outros, declara como possíveis as acelerações de processos de modernização e supõe uma interação entre a posição de poder no contexto internacional e a modernidade interna. Tal teoria, contudo, realiza tudo isso apenas até o ponto de saber se a concorrência econômico-político-militar entre os Estados poderia também levar a resultados diferentes de uma modernização. Um fenômeno como o uso do poder para *perpetuar* desigualdades de desenvolvimento nunca é tematizado.

Para além da teoria da “modernização defensiva”, devemos então nos perguntar: o que acontece se a modernização não ocorrer ou não lograr êxito? Os Estados podem também deixar de aprender sua lição ou serem malsucedidos apesar de todos os esforços de aprendizagem. A resposta, na minha opinião, é dada pela socióloga americana Theda Skocpol em sua teoria da revolução.<sup>192</sup> Como se sabe, Skocpol não parte da teoria típica da modernização, mas das pesquisas marxistas de Barrington Moore sobre as origens sociais da democracia e da ditadura. Nas obras de seu professor, o papel da violência nas revoluções do setor agrícola e na chamada acumulação primitiva, bem como na transformação do aparato estatal, tornou-se mais claro do que na teoria convencional da modernização. Apesar de Skocpol ser muito influenciada pela visão de Moore sobre a estrutura de classes no contexto rural e do papel inibitório da camada superior proprietária de terras, ela argumenta contra Moore, assim como contra a teoria da modernização com o mesmo objetivo: propor, como ela diz, um “*Gestalt-switch*” que conduza da consideração de uma coexistência - ou mesmo uma conexão - entre processos de desenvolvimento essencialmente endógenos a uma abordagem intersocietária desde o princípio.

No entanto, tal maneira de pensar, que também encontramos em abordagens mais antigas como as de Thorstein Veblen e Leon Trotsky, não deve, como a teoria do sistema-mundo de Wallerstein, sujeitar-se inversamente a um

---

<sup>192</sup> SKOCPOL, T. *States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia and China*. Cambridge: 1979. MOORE, B. *Soziale Ursprünge von Diktatur und Demokratie*. Frankfurt am Main: 1969.

reducionismo econômico. Uma virada como a proposta por Skocpol relativiza a força de determinação a longo prazo das condições internas das sociedades e enfraquece a hipótese de uma via especial alemã ou japonesa, pelo menos quando se considera que ela remete a causas endógenas e não a constelações exógenas. Essa troca de perspectiva concentra a atenção nas constelações de crises que não puderam ser gerenciadas pelos Estados, nem mesmo mediante medidas de modernização forçadas. Estas são tomadas nas guerras, que quase sempre, mas sobretudo no caso de uma derrota iminente ou sofrida, são acompanhadas de um forte enfraquecimento da legitimidade da ordem política e um enfraquecimento dos aparatos de coerção estatais.<sup>193</sup> Nesse sentido, Skocpol não estuda as revoluções do ponto de vista das elites ou das massas revolucionárias, como uma espécie de estágio superior de sua mobilização, mas a partir da conexão entre as crises da modernidade e as constelações bélicas.

Nessa perspectiva, a eclosão da Revolução Francesa foi determinada essencialmente pela competição anglo-francesa do século XVIII; no que concerne às Revoluções Russas de 1905 e 1917 e à história da Revolução Chinesa, a importância da guerra é imediatamente evidente. Se a Guerra Russo-Japonesa de 1904-1905 findou com uma derrota da Rússia e alimentou o descontentamento que culminaria na revolução, ela foi temporal e espacialmente delimitada e deixou intacta no essencial a capacidade funcional e a lealdade dos militares. Na Primeira Guerra Mundial, as coisas foram bem diferentes. As populações camponesas e urbanas se rebelaram, e os militares, ante a politização dos jovens soldados da população camponesa, não atuaram como um instrumento de repressão, ao contrário, se tornaram um meio de transmissão desse descontentamento. A troca de sistema mediante a revolução aparece menos como a realização de uma perspectiva ideológica de melhoria do mundo do que como a continuação desesperada de um processo de modernização defensiva - com meios distintos daqueles dos concorrentes e com outras consequências no sentido da centralização extrema do poder estatal e a completa destruição da estrutura social tradicional.

---

<sup>193</sup> Randall Collins trabalhou de maneira especialmente enérgica nesse sentido em: COLLINS, R. *Imperialism and Legitimacy: Weber's Theory of Politics*. In: *Weberian Sociological Theory*. Cambridge, 1986, p. 145-166.

Entretanto, o conceito de modernização resulta especialmente equívoco quando empregado desta maneira. Em certa medida a competição pela modernização produziu nas revoluções do século XX o oposto do protótipo da modernização. Este equívoco vem ao primeiro plano com o colapso desta via de desenvolvimento - ou da “revolução anticomunista”. O desenvolvimento soviético foi ele mesmo uma modernização recuperadora, ou necessita desta modernização recuperadora após o colapso do modelo soviético? A modernização recuperadora encontra agora um caminho livre, ou repete-se a mesma constelação da qual resultaram anteriormente as tentativas revolucionárias de ir além da modernização defensiva? Com a conexão entre modernização, guerra e revolução, começa a vacilar a ideia de que a pressão para uma modernização recuperadora conduz infalivelmente a uma modernização recuperadora mais ou menos exitosa. Torna-se, na verdade, mais nítida a possibilidade de uma constituição de novas ordens sociais como uma consequência possível das crises de modernização e das guerras.

#### IV.

A constituição de uma nova ordem se torna ainda mais clara quando consideramos o nascimento do fascismo como um produto do espírito da guerra. Na época da Guerra Mundial, também entre destacados intelectuais alemães - por exemplo, Max Scheler e Georg Simmel - disseminou-se a esperança em um efeito revitalizante da guerra. Só podemos entender isso apropriadamente se não pressupormos a perpetuação de um belicismo antigo ou de um darwinismo social e reconhecermos que se tratou aí de uma busca, extremamente moderna, por outra modernidade. Assim, por exemplo, Georg Simmel enxerga na guerra a grande ruptura - ou ao menos a grande oportunidade de uma ruptura - com as tendências trágicas da cultura moderna. De uma só vez, as cadeias de meios e fins que se tornam excessivamente extensas seriam encurtadas, a verdadeira temporalidade seria retomada, e se experimentaria de maneira plástica o caráter social de toda individualidade. Todos os críticos da cultura do pré-guerra estavam igualmente conscientes de que a modernização não podia ser adequadamente buscada segundo

as diretrizes da racionalização contínua; porém, quase nenhum deles acreditou na possibilidade de restaurar a modernidade. A guerra pôde ser experimentada por todos esses estudiosos como a revelação da solução buscada. De repente, pareceu dar-se sob os olhos dos envolvidos a gênese de novos valores e vínculos, e por isso a guerra foi equiparada às grandes rupturas culturais da história europeia, como a Reforma ou a Revolução Francesa. Era como se, no interior do próprio processo de modernização, o rumo tivesse sido fundamentalmente invertido.

Entre os intelectuais alemães, o júbilo eufórico com o advento de outra modernidade foi seguido por nada menos do que uma ressaca. Mussolini e os mais destacados intelectuais italianos, por sua vez, falavam da guerra como uma revolução - diferentemente dos bolcheviques, que a viam como uma condição favorável para a revolução, e dos belicistas existenciais alemães, que a viam como uma transformação interna dos seres humanos sem paralelo. Alguns desses intelectuais consideraram a Guerra Russo-Japonesa de 1905, que desencadeou a Primeira Revolução Russa, como a prova viva da “modernidade da guerra” (Enrico Corradini).<sup>194</sup> Gabriele d’Annunzio reforçou o elogio de Nietzsche à ação violenta como um esplêndido desenrolar do homem dionisíaco, mas convertendo em uma aventura beligerante, o que em Nietzsche não era mais do que a fantasia deixada por um filósofo em um papel. Para Mussolini, a Guerra Mundial se torna uma ocasião propícia para romper com a visão comum ao liberalismo e ao socialismo de um mundo pacífico e redescobrir o ser humano como “a criatura mais beligerante de toda a zoologia”. No plano organizacional e institucional, o fascismo italiano buscou instaurar a guerra de maneira permanente. Em termos organizacionais, o movimento fascista aderiu ao modelo de uma confederação de guerreiros. A violência terrorista contra o inimigo político interno não somente foi praticada pelas organizações paramilitares (*Sturmabteilungen*) fascistas com um des pudor e uma sistematicidade inauditos, mas foi também justificada nos casos em que não era assentada em objetivo instrumental algum. No princípio, esses grupos eram formados principalmente por oficiais e soldados de elite dispensados do corpo,

<sup>194</sup> Enrico Corradini fala explicitamente sobre a “*modernità della guerra*” no artigo: “La guerra”, *Il Regno*, vol. 1, n. 4, págs. 2-4, 1904; citado aqui segundo a reedição em: Frigessi, D. C. (Org.). *La cultura italiana del '900 attraverso le riviste* (“Leonardo”, “Hermes”, “Il Regno”). vol. 2, Turin, 1960, págs. 482-485, aqui pág. 483.

assim como por alunos das escolas e das universidades. Os grupos de combate foram logo transformados em uma milícia fascista que, enquanto órgão estatal, tomou as rédeas do partido. A economia de guerra, com sua grande necessidade de coordenação e o enorme tensionamento de todas as forças sociais, forneceu ao líder carismático a visão de uma nova ordem: a de um Estado corporativo, em que todas as forças obedecem a uma só vontade e a população constitui uma única massa submissa.<sup>195</sup>

Evidentemente, como no caso do comunismo soviético, o fascismo italiano pode ser interpretado como uma ditadura de desenvolvimento recuperador mais ou menos exitosa. A dimensão do êxito desse desenvolvimento se converte então em uma questão empírica. Porém, deveríamos estar atentos para o fato de que os objetivos proclamados pelo fascismo e pelo nacional-socialismo alemão de modo algum foram inequivocamente modernistas ou antimodernistas. Isso vale sobretudo para os resultados da política desses regimes. Dahrendorf atribuiu, assim, ao nacional-socialismo uma espécie de função de modernização contra suas próprias intenções. Ao que se acrescenta que os fascistas e os nacionais-socialistas reivindicaram por toda parte um caráter exemplar a seus ideais de ordem. Como avaliaríamos hoje a modernização recuperadora se Hitler e a Alemanha nazista houvessem vencido? Podemos considerar essa pergunta ridícula e absurda. No ano de 1940, entretanto, era perfeitamente concebível que a ordem político-democrática somente se conservasse, na melhor das hipóteses, na América do Norte. Se levarmos tal possibilidade a sério, veremos então a contingência radical no fato de que o fascismo e o bolchevismo sucumbiram nos momentos históricos em que sucumbiram. Trata-se, em outras palavras, da possibilidade de que, no lugar da síndrome de desenvolvimentos descrita pela teoria da modernização, houvesse efetivamente se estabelecido um modelo capaz de competir e de sobreviver sem os conteúdos normativos da tradição cultural ocidental.

## V.

---

<sup>195</sup> Cf. NOLTE, E. *Der Faschismus in seiner Epoche*. München: 1963; STERNHELL, Z. *The Birth of Fascist Ideology: From Cultural Rebellion to Political Revolution*. Princeton, S.I. 1994.

Se estivermos dispostos a refletir acerca da contingência radical da queda do fascismo e não explicarmos a vitória no século XX das sociedades ocidentais sobre seus oponentes com base em garantias providas pela filosofia da história, isso sugere que não se deve mais interpretar o surgimento da modernidade segundo conceitos evolucionistas, mas sim como resultado de uma constelação histórica contingente. Essa maneira de pensar de modo algum foi completamente alheia aos clássicos alemães da sociologia, como Max Weber e Werner Sombart. Max Weber não enxergou o avanço da modernidade como o resultado evidente de um processo de racionalização cultural. Werner Sombart, por sua vez, buscou em 1913 demonstrar o papel constitutivo da guerra para os processos de racionalização estatal e de disciplina cultural. Em suas lições sobre a história da economia, Max Weber classificou isso de exagerado e enganoso pelo seu caráter monocausal, contudo, também atribuiu à concorrência entre os emergentes Estados nacionais um papel essencial no advento da modernidade.<sup>196</sup>

Sobretudo na nova sociologia britânica - em Michael Mann, John Hall e também Anthony Giddens -, essas ideias dos clássicos têm experimentado recentemente um renascimento importante.<sup>197</sup> De modo muito mais diferenciado de que em Sombart, o fracasso da formação de um grande império na Europa e a resultante permanência de imbróglios belicosos são vistos aí como o motor do processo da modernização. Além disso, a cultura cristã comum impediu que essa concorrência se convertesse em uma luta que aniquilasse todas as partes. A revolução militar que, com novas armas, tornou os combates de cavalaria cada vez mais obsoletos, propiciou a modificação radical de toda a estrutura Estado-

<sup>196</sup> SOMBART, W. **Krieg und Kapitalismus**. München/Leipzig: 1913; WEBER, M. **Wirtschaftsgeschichte**: Abriß der universalen Sozial- und Wirtschaftsgeschichte. Berlin: 1923, especialmente págs. 265 e segs.

<sup>197</sup> Michael Mann: *Geschichte der Macht*, Vol. 2, Frankfurt a.M. 1991; John Hall: *Powers and Liberties: The Causes and Consequences of the Rise of the West*, Berkeley, 1986; Anthony Giddens: *The Nation-State and Violence*, Cambridge 1985. Uma boa visão panorâmica desse aspecto teórico é oferecida por Wolfgang Knöbl em: KNÖBL, W. Nationalstaat und Gesellschaftstheorie. **Zeitschrift für Soziologie**, n. 22, págs. 221-235, 1993. Podem-se encontrar abordagens críticas a Giddens em: DANDEKER, C. The Nation-State and the Modern World System. In: CLARK, J. et al. **Anthony Giddens: Consensus and Controversy**. Londres: 1990, págs. 257-269 ; e BREUILLY, J. The Nation-State and Violence: A Critique of Giddens. *Ibid.*, págs. 271-288. Na Alemanha, Friedrich Tenbruck buscou, de uma perspectiva conservadora, oferecer uma ampliação da perspectiva centrada no Estado nacional. Cf., por exemplo, seu artigo TENBRUCK, F. Gesellschaftsgeschichte oder Weltgeschichte?. **Kölner Zeit schrift für Soziologie**, n. 3, págs. 417-439, 1989.

exército-economia. Além de uma nova tecnologia especial para sua fabricação, as novas armas exigiam também uma nova organização, uma nova formação de militares, além de uma nova forma de financiamento. Para muitos pequenos latifundiários, as medidas que haviam se tornado necessárias eram simplesmente impossíveis de serem financiadas. O financiamento só era relativamente possível onde, devido a uma economia monetária já avançada ou a uma situação geográfica favorável, a relação entre a política fiscal e a militar chegou rapidamente a um equilíbrio. Em outros casos, tornou-se necessário uma enorme concentração de recursos por parte do Estado e a repressão de todas as instâncias intermediárias para poder sobreviver à competição militar. A situação econômica e geográfica da Inglaterra predisps este país a experimentar um desenvolvimento constitucional que foi concebido como o protótipo da modernização. Pode-se especular se, do ponto de vista político, a Inglaterra realmente viveu uma modernização ou apenas esteve livre de pressões para formar um aparato estatal superpotente.<sup>198</sup>

Tal explicação não pretende ignorar a existência de tradições culturais e políticas que vêm de muito tempo atrás, nem minimizar a importância dos desenvolvimentos econômicos e técnicos; ela nos convida, entretanto, a pensar no surgimento da modernidade não como um evento único e irrepetível, mas como uma constelação contingente. Nessa constelação de desenvolvimentos culturais, econômicos, políticos e militares, a revolução militar que ocorreu entre 1560 e 1660 e a história das guerras e das guerras civis tiveram um papel essencial, praticamente ignorado pela sociologia.<sup>199</sup> Mas essa formulação é ainda

---

<sup>198</sup> Este argumento remete, naturalmente, ao historiador Otto Hintze, ignominiosamente esquecido pela sociologia alemã, apesar de suas abordagens próximas à sociologia; cf., por exemplo, seu artigo clássico: HINTZE, O. (1906). Staatsverfassung und Heeresverfassung. In: *Staat und Verfassung*: Gesammelte Abhandlungen. Vol. 1, Göttingen, págs. 52-83, 1970. Os aspectos geopolíticos da argumentação de Hintze aparecem convicentemente relativizados em: KUNISCH, J. (Org.), *Staatsverfassung und Heeresverfassung in der europäischen Geschichte der frühen Neuzeit*. Berlin: 1986, págs. 173-212. Pode-se encontrar uma versão sociologicamente aceitável do argumento de Hintze em: DOWNING, B. M. Constitutionalism, Warfare and Political Change in Early Modern Europe. *Theory and Society*, n. 17, págs. 7-56, 1988. e de maneira mais detalhada em seu livro: HINTZE, O. *The Military Revolution and Political Change: Origins of Democracy and Autocracy in Early Modern Europe*, Princeton, 1992.

<sup>199</sup> Sobre a concepção de “revolução militarista”, que remonta a Michael Roberts, cf.: PARKER, G. *Die militärische Revolution Die Kriegskunst und der Aufstieg des Westens 1500-1800*. Frankfurt am Main: 1990; PORTER, B. *War and the Rise of the State: The Military Foundations of Modern Politics*, New York: 1994, sobretudo as págs. 63 e segs. Fundamental para o estudo sociológico destas questões é a obra de Charles Tilly. Cf. TILLY, C. *Reflections on the History of European State*

demasiadamente inócua pois somente reconhece que as guerras tiveram parte no surgimento da modernidade.

É Stephen Toulmin que em seu livro *Cosmópolis*<sup>200</sup> chega ao cerne do problema, quando argumenta que as guerras, incluídas as civis, marcaram em sua essência mais íntima a modernidade tal como a conhecemos. A imagem histórica - insuportavelmente complacente e partidária do protestantismo - de um incremento linear, produzido pelo Renascimento e pela Reforma, do comércio, das cidades, da imprensa, da filosofia, das ciências naturais e da soberania nacional não é capaz de compreender o início da Era Moderna, já que esta foi uma época de grande turbulência, de fanatismo religioso e de um “Contra Renascimento”; mas foi capaz de compreender sim a ideia de numerosas variantes de possível modernização, somente uma das quais logrou êxito. Os aspectos essenciais da modernização cultural inicial do Renascimento, como a ênfase na retórica, nos sentidos e na vinculação de todo o pensamento a um momento e um lugar concretos, não se manifestaram no processo de modernização social. As ideias humanistas sobre uma ordem pacífica em toda a Europa foram vítimas da argumentação racionalista de Hobbes, que forneceu a expressão clássica da ideia - antes mesmo de sua realização histórica - de um mundo composto de Estados Nacionais. A busca da certeza por parte de Descartes, que nas reconstruções da modernidade filosófica marca o começo da Era Moderna, na visão de Toulmin, é uma tentativa de puxar-se pelos próprios cabelos para fora do confronto, tornado insuportavelmente violento entre os diversos produtos remanescentes da desintegração da Idade Média. A glorificação da racionalidade não surge de sua validade autoevidente, mas expressa a medida pela qual a esperança dos desesperados é dirigida a ela.

## VI.

---

Making. In: *The Formation of National States in Western Europe*, Princeton: 1975, págs. 3-8, assim como seu livro \_\_\_\_\_. *Coertion, Capital, and European States 990-1990*. Oxford: 1990.

<sup>200</sup> TOULMIN, S. *Cosmopolis: The Hidden Agenda of Modernity*. New York: 1990.

Tenho consciência de que o panorama que procurei construir aqui indica, sem dúvidas, muitos aspectos, porém nenhum com o devido detalhamento e a devida profundidade. O sonho de uma modernidade sem violência; a importância da modernização defensiva; o nexos entre modernização, guerra e revolução; a emergência do fascismo a partir do espírito da guerra; o papel da guerra no surgimento da modernidade e a marca intrínseca deixada na modernização pelas experiências da guerra e da guerra civil - tudo isto foi apenas insinuado no presente esboço. Todavia, não é o acúmulo dos detalhes, mas sim a conexão entre esses complexos individuais que nos convida, a partir da análise das guerras, não somente a rever nossa resposta aos muitos problemas da sociologia histórica, como também a extrair consequências para nossa compreensão da modernidade e a relativização da teoria da modernização.<sup>201</sup> A fórmula da “modernidade da guerra” não é por mim utilizada para, no espírito de um novo belicismo ou da ideologia de uma *Realpolitik* livre de valores (*wertfrei*), aclamar a possibilidade da guerra. Tampouco pretendo descrever com ela aquele tipo de guerra que poderia ser justificado sob “modernas” premissas morais universalistas; ainda menos se deve encorajar a projeção do anseio paz nas sociedades pré-modernas. O emprego provocador desta fórmula deve, antes, contribuir para romper com a identificação complacente entre modernização e probabilidade decrescente da guerra. A história do século que está para terminar e o presente imediato nos impelem a associar a busca pelas condições da paz com uma análise destituída de ilusões de todas as tendências especificamente modernas à guerra.

De tais considerações seguem quatro consequências principais para a teoria da modernização. Em primeiro lugar, o tema da guerra torna visível o quão pouco a modernização pode ser pensada como uma totalidade homogênea constituída por desenvolvimentos em sentido similar na cultura, na economia e na política. A estreita inter-relação entre os subsistemas sociais dada pela teoria da modernização se converteu de uma vantagem teórica em um fardo. A ênfase na variabilidade cultural e a observação de inter-relações muito diversas entre a

<sup>201</sup> Paralelamente às minhas investigações sobre a guerra, Wolfgang Knöbl tem se ocupado do uso legítimo da violência intraestatal. Cf. KNÖBL, W. *Polizei und Herrschaft im Modernisierungsprozeß: Staatsbildung und “innere Sicherheit” in Preußen, England und Amerika 1700-1914*. 1995. 464 f. Dissertação (Mestrado). Freie Universität Berlin, Berlin. 1995.

ordem política e a econômica chamaram a atenção para o fraco acoplamento de subdomínios sociais, assim como por razões internas à teoria, a suposição de inter-relações muito estreitas aparece cada vez mais como uma unidade problemática entre marxismo e teoria da modernização.<sup>202</sup> Assim, devemos distinguir bem as diferentes dimensões da modernização e admitir a existência de relações variáveis entre elas. Poderemos então constatar discrepâncias complexas entre subdomínios sociais, bem como efeitos retroativos de extravios à modernidade e a defesa de velhas ordens com meios modernos.

Em segundo lugar, os raciocínios aqui expostos aumentam a pressão para que se justifiquem as premissas normativas que estão na base da teoria da modernização. Se a teoria da modernização abandona as pretensões de linearidade e teleologia, assim como seu tom de inevitabilidade histórica, então certos objetivos normativos, como o da democratização, já não podem ser justificados a partir de desempenhos funcionais. Isso não exclui, evidentemente, a ideia de que a democracia oferece vantagens funcionais. Contudo, sabemos que as vantagens funcionais não se realizam sempre, e que o problema da fundamentação normativa não é idêntico à verificação de desempenhos funcionais. Para tanto, necessitamos de uma consciência clara dos motivos normativos que convertem a democracia em um parâmetro de progresso, sem que tenhamos aí uma garantia histórica deste progresso. Também os conceitos de modernidade e modernização continuam com frequência a articular o anseio por semelhante garantia, inclusive quando a “modernidade” apenas é abordada de maneira pessimista.

Em terceiro lugar, o estudo do significado da guerra para a mudança social revela a incidência das constelações internacionais no caráter exato assumido pelos processos de modernização. A recaída em um debate restringido ao endógeno é, de certo modo, o defeito congênito da sociologia, seja esta cultural ou materialmente orientada. Este defeito congênito pode ser mortal para a própria disciplina e para

---

<sup>202</sup> Para a crítica à teoria da diferenciação social que se encontra no cerne da teoria da modernização, cf. meus argumentos (e a bibliografia ali oferecida) em: JOAS, H. *Die Kreativität des Handelns*. Frankfurt am Main: 1992, págs. 326 e segs. Nesse contexto, ainda vale a pena ler: WEHLER, H. *Modernisierungstheorie und Geschichte*. Göttingen: 1975.

sua credibilidade.<sup>203</sup> Em quarto e último lugar, a abordagem cultural das guerras nos recorda da ambivalência interna à cultura moderna. O incremento da racionalidade pode significar coisas muito distintas, e os possíveis conceitos contrários à racionalidade são igualmente múltiplos. As contribuições em termos de abstração da teoria sociológica necessitam associar-se à intimidade com os fatos da escrita histórica, bem como à sensibilidade às convulsões das correntes culturais da época, se queremos desenvolver a partir da proposta da teoria da modernização uma imagem adequada do nosso tempo e de sua pré-história.

Recebido: 05 jan. 2019  
Aceito: 21 jan. 2019

---

<sup>203</sup> Os prognósticos sobre o futuro da China me parecem oferecer aqui um precedente interessante. Enquanto que a teoria da modernização permite derivar prognósticos otimistas sobre uma democratização em vias de se tornar inevitável, a maneira como procedo aqui tende a incluir também outros cenários completamente distintos. Não pode acontecer também de o domínio militar da China em escala regional resultar na militarização cada vez maior dos Estados economicamente avançados da Ásia Oriental? Seria possível manter a unidade estatal no contexto de uma democratização? Sobre esse aspecto, cf.: MÖLLER, K. Muß man vor China Angst haben?. *Süddeutsche Zeitung*, págs. 9, 19.5.1995; KRISTOF, N. D. The Real Chinese Threat. *The New York Times Magazine*, 27.8.1995; bem como, sobre a teoria da modernização chinesa: GRANSOW, B. Chinesische Modernisierung und kultureller Eigensinn. *Zeitschrift für Soziologie*, n. 24, págs. 183-195, 1993.